
Consciência Ambiental: Uma Investigação junto aos Discentes de Ciências Contábeis da Federal de Campina Grande

Environmental Awareness: An Investigation with the Students of Sciences Accounting of Federal University of Campina Grande

Rosileide Farias Sarmento

Graduada em Ciências Contábeis – UFCG. Pós-Graduada em Controladoria com ênfase em Finanças.

Endereço: Rua, Sinfrônio Nazaré, nº 38, Centro

CEP: 58.800-240 – Sousa/PB - Brasil

E-mail: rosefsarmento@gmail.com

Telefone: (83) 3521-3234

José Ribamar Marques de Carvalho

Mestre em Ciências Contábeis. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Professor da Unidade Acadêmica de Ciências da Universidade Federal de Campina Grande.

Endereço: Rua, Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário

CEP: 59.429-140 - Campina Grande/PB - Brasil

E-mail: profribamar@gmail.com

Telefone : (83) 3521-3234

Gesinaldo Ataíde Cândido

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Endereço: Rua, Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário

CEP: 59.429-140 - Campina Grande/PB - Brasil

E-mail: gacandido@uol.com.br

Telefone : (83) 2101-1000

Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Endereço: Rua, Aprígio Veloso, nº 882, Bairro Universitário

CEP: 59.429-140 - Campina Grande/PB - Brasil

E-mail: enyedjakm@gmail.com

Telefone (83) 2101-1000

Artigo recebido em 27/11/2010. Revisado por pares em 11/04/2012. Reformulado em 21/04/2011. Recomendado para publicação em 13/06/2012 por Sandra Rolim Ensslin (Editora Científica). Publicado em 28/06/2012.

Resumo

O presente estudo concentra-se em analisar o nível de consciência ambiental dos atuais discentes e futuros contadores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande apontando condições, desafios e perspectivas para a ampliação da formação socioambiental. O procedimento utilizado foi composto pela pesquisa descritiva e de levantamento tipo *survey* com natureza qualitativa e quantitativa através da análise fatorial. Os resultados encontrados apontam quatro dimensões relevantes em relação à consciência ambiental dos discentes: Consumo Engajado e Mobilização sobre as Questões Ambientais, Preocupação com a Geração de Resíduos Sólidos, Estratégia Diferenciada do Curso e Ambiente Doméstico.

Palavras-chave: Consciência ambiental. Percepção discente. Ciências contábeis.

Abstract

The present study focuses on analyzing the level of environmental awareness of current and future students counters Accounting Course, Federal University of Campina Grande pointing conditions, challenges and prospects for broadening social and environmental training. The procedure used was composed of descriptive survey type and survey with qualitative and quantitative means of factor analysis. The results suggest four dimensions relevant to the environmental awareness of students: Consumption and Mobilization Engaged on Environmental Issues, Concerns Solid Waste Generation, Differentiated Strategy Course and Business Environment.

Keywords: Environmental awareness. Student perception. Sciences accounting.

1 Introdução

É razoável afirmar que todo ser humano para atender suas aspirações sócio-econômicas, acaba por afetar direta ou indiretamente o meio ambiente. Esses efeitos decorrentes do atendimento a essas necessidades podem resultar em um ambiente equilibrado ou não, dependendo do nível dos impactos que podem ser gerados.

Atualmente muito tem se discutido sobre as questões ambientais, especificamente em razão da atual problemática que existe em relação ao uso e à degradação dos recursos naturais. Dessa forma, a busca por uma harmonia entre questões de caráter social, econômico e ambiental vem crescendo vertiginosamente, principalmente após a década de 60 e 70 quando órgãos, entidades e sociedade em geral passaram a perceber a escassez e limitação de recursos renováveis e não renováveis. Entende-se que essas discussões são reflexos do amadurecimento da sociedade nas últimas décadas, quanto à capacidade de gerenciar os recursos oriundos do meio ambiente. A preocupação com a degradação e racionalização ambiental é atualmente foco de muitas discussões entre esses protagonistas, uma vez que esses têm papel fundamental na prevenção, recuperação e reciclagem de tais recursos,

especificamente dos recursos considerados como não renováveis. Maiores detalhes podem ser encontrados em Leff (2000, 2001 e 2009) e Porto Gonçalves (2006).

É possível perceber que existe uma tendência por parte dos acadêmicos, das mais variadas áreas, em discutir e investigar assuntos relacionados ao meio ambiente, dentre os quais a percepção dos cidadãos quanto aos aspectos relacionados a essa temática, já que a demanda por recursos do meio ambiente envolve as mais variadas áreas e têm apresentado crescimentos no decorrer dos anos, principalmente após o surgimento da expressão “desenvolvimento sustentável”, que começou a se tornar popular a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (MARZALL e ALMEIDA, 2000; BRAGA *et al.* 2008; BARBIERE *et al.* 2010).

Nesse cenário, entende-se que a busca por uma melhor consciência ambiental é algo importante e deve ser estimulado e discutido. Acrescente-se ainda que o aumento desenfreado no uso de recursos naturais (renováveis e não renováveis) decorrentes do aumento da concentração populacional, das cidades, das diversidades de produtos, do desenvolvimento e da globalização, entre outros, acaba por acelerar sua suposta escassez implicando em conflitos entre as partes envolvidas, cuja solução talvez possa está relacionada ao compromisso individual e coletivo da sociedade em geral no intuito de gerenciar melhor o uso desses ativos ambientais. Para aprofundamento nessa discussão sugere-se consultar Castells (1999), Brüseke (2002), Sachs (2012) e Hogan e Phillipi Jr. (2000). O assunto relacionado à temática consciência ambiental deve conter aspectos relevantes que possam envolver a cultura, a educação, as políticas públicas enfim toda a sociedade organizada em busca de um cenário comum: a mitigação de conflitos e problemas ambientais.

Na visão de Castells (1999) a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como da nossa organização social e de nossas vidas pessoais. Sob esse entendimento, verifica-se que a realização de estudos dessa natureza é necessária porque tenta concentrar esforços para redefinir e rever conceitos e posturas frente ao meio ambiente, defendidos por grupos ambientalistas, mídia e educadores. Vários questionamentos são colocados com relação à efetiva mudança de comportamento dos indivíduos, sobretudo dos jovens.

Um exemplo desse tipo pode ser encontrado em Pato (2004). Nesse estudo a autora apresenta os resultados de estudos realizados para conhecer as características que o comportamento ecológico assume na realidade brasileira e identifica aspectos que o influenciam em nosso contexto socioambiental. Os resultados encontrados pela pesquisadora apontaram para a multidimensionalidade do comportamento ecológico, pautados em quatro fatores específicos: tivismo, consumo, economia de água e de energia, limpeza urbana e reciclagem.

Gonçaves-Dias *et al.*, (2009) reforçam esse entendimento quando dizem que na literatura os estudos sobre consciência ambiental têm avançado, principalmente em relação ao entendimento do comportamento de consumo, dentro de áreas de conhecimento como o Marketing e a Psicologia.

Lages e Vargas Neto (2002) mostraram a importância dessa temática quando mensuraram o nível de consciência ecológica do consumidor brasileiro, mais especificamente da cidade de Porto Alegre. A pesquisa, realizada na capital gaúcha, entrevistou uma amostra de 400 consumidores de diversos bairros da cidade. O estudo também analisou a relação entre

variáveis demográficas e o nível de consciência ecológica do consumidor, e a robustez e a qualidade da escala utilizada, comprovadas através dos testes de confiabilidade e validade dos constructos de tal escala. Os autores concluíram que a consciência ecológica do consumidor é resultado do somatório de diferentes níveis ou subníveis de consciência relativos a distintas facetas da consciência ecológica.

Dentro desse contexto, e considerando a importância da temática, bem como do pressuposto de que pode trazer resultados interessantes ao contexto da área contábil, especificamente da área de ensino e pesquisa em contabilidade, objetivou-se analisar o nível de consciência ambiental a partir das ações cotidianas dos atuais discentes e futuros contadores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), apontando condições, desafios e perspectivas para a ampliação da formação socioambiental.

Levando em consideração a polêmica atual sobre as questões discutidas no estudo, acredita-se que esse trabalho pode se configurar como significativo, porque além de se fazer um mapeamento de como se encontra a consciência ambiental dos alunos de graduação do curso de ciências contábeis de uma IES pública paraibana, o mesmo pode trazer esclarecimentos que vão servir de guia para tais estudantes e demais interessados na área contábil.

Nesta primeira seção está contextualizada a problemática do estudo, seguido da plataforma teórica (seção dois). Posteriormente são descritos os aspectos metodológicos (seção 3) do estudo e os resultados encontrados (seção quatro), finalmente estão dispostas as considerações finais (seção cinco) e as referências utilizadas.

2 Referencial Teórico

2.1 Meio Ambiente e Sociedade

Entende-se que os aspectos ligados ao meio ambiente, educação e consciência ambiental, responsabilidade social, entre outros, assumiram proporções razoáveis dentro da sociedade, de organizações, sejam públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, posto que esses aspectos podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento não só econômico, como também social, educacionais, culturais etc.

No mundo globalizado em que vivemos as organizações de forma geral precisam se preocupar com a comunidade em que está inserida, não podendo mais se preocupar só com os lucros obtidos em menor espaço de tempo, tem por obrigação investir na busca de novos projetos que resguardem o meio ambiente e ao mesmo tempo oriente a sociedade de forma clara sobre a preservação ambiental.

Com a concentração da população nas cidades (oriundas do êxodo rural) surgem os efeitos do paradigma social dominante, fruto do consumismo acelerado de produtos e serviços, sem a preocupação com a degradação e com as condições de vida da população. Igualmente, a grande maioria das empresas ainda não assumiu uma postura que esteja preocupada com as relações sociedade – natureza, reflexo de um sistema centrado nas peculiaridades desse paradigma, e que trazem conseqüências trágicas ao meio ambiente, fruto da falta de consciência bem como de ações efetivamente capazes de buscar uma harmonia entre as questões sociais, econômicas e políticas.

Leff (2001) destaca a impossibilidade de resolver os crescentes problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança nos sistemas de conhecimento e dos valores gerados pela racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

O desenvolvimento transformou e continua a transformar o meio em que se vive e cabe a cada um procurar uma forma de evitar os desgastes dos recursos naturais, junto às instituições competentes de modo que surjam novas maneiras de educar e conscientizar todos que fazem uso desses recursos.

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, inicia-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade (SORRENTINO, 1998).

Para o autor esse campo educativo tem sido fertilizado transversalmente, e isso tem possibilitado a realização de experiências concretas de educação ambiental de forma criativa e inovadora por diversos segmentos da população e em diversos níveis de formação.

O documento da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia), chama a atenção para a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares (SORRENTINO, 1998).

Percebe-se que no atual contexto é imprescindível começar a apreender a preservar o meio em que se vive como maneira de tentar rever nossas ações para com a sociedade e o planeta. De acordo com Jacobi (2003, p.4):

Existe a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

A educação ambiental em relação ao meio ambiente é fator fundamental para a humanidade, já que através desta, pode surgir novas estratégias capazes de amenizar as conseqüências provocadas no planeta como os desastres ecológicos e o aquecimento global. Brito e Câmara (2002, p. 21) explicam que:

Um meio ambiente ecologicamente desequilibrado provoca o empobrecimento da biodiversidade, causa danos irreversíveis à fauna, aumenta o período de seca (como vemos já nesse início de milênio), aumento dos processos de desertificação, entre outros problemas ambientais, devido à ineficácia de ações dos órgãos ambientais e a desarticulação entre órgãos federais, estaduais e municipais, no monitoramento e controle do uso de recursos naturais.

Nesse contexto, a questão ambiental constitui um meio para uma reflexão em torno das práticas de responsabilidade e educação ambiental, ou seja, verificar a falta de informação e políticas públicas que, de certa forma, afeta a população com os constantes e crescentes agravos ambientais.

Todavia, não adianta ficar reclamando apenas que o governo, as instituições ou empresas não fazem sua parte, é necessária uma mudança na postura da sociedade em geral (mudança individual – micro) visando forçar uma mudança coletiva (macro).

2.2 *Desenvolvimento Sustentável*

Ao se pensar em desenvolvimento sustentável, é preciso analisar o uso adequado dos recursos naturais, a conscientização da humanidade, as desigualdades sociais, as necessidades materiais de cada indivíduo e uma política de preservação adequada para que no futuro às gerações futuras possam satisfazer suas necessidades.

De acordo com Jacobi (1997) a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação.

O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”. Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. E também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade. (JACOBI, 2003)

Observa-se que a sustentabilidade é necessária para a sobrevivência humana, ou seja, devem-se utilizar os recursos com consciência e preservação, para que as gerações futuras também possam usufruir desses recursos. Brito e Câmara (2002) argumentam que a tendência da nova concepção de meio ambiente é que novos paradigmas de desenvolvimento contemplem equidade social, econômica, política e meio ambiente, com vistas a conciliar as necessidades econômicas à disponibilidade limitada dos recursos naturais e sua proteção. Nesse sentido prevê-se que cada vez mais os novos paradigmas deverão compatibilizar os interesses econômicos e sociais com a proteção ambiental dentro de um processo de desenvolvimento sustentável, transformando o meio ambiente em fator de desenvolvimento sem, contudo, causar danos ambientais.

O discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado, oficializado e difundido amplamente com base na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro, em 1992. Mas a consciência ambiental surgiu nos anos 60 com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson, e se expandiu nos anos 70, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972 (LEFF, 2009, p. 16). Para Leff (2009) foi naquele momento que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da sociedade. Segundo o autor, a escassez, alicerce da teoria e prática econômica, converteu-se numa escassez global que já não resolve mediante o progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outros mais abundantes ou pelo aproveitamento de espaços não saturados para o depósito de rejeitos gerados pelo crescimento desenfreado da produção.

A diversidade de recursos disponíveis na natureza levou as sociedades ao errôneo entendimento de que estes seriam inesgotáveis. (BECK *et. al.*, 2009). Os desequilíbrios ambientais globais da atualidade demonstram este grave erro de percepção no qual emerge

uma grande necessidade de mudança de comportamento da sociedade e de paradigma no que se refere à visão econômica, empresarial, social e ecológica (LIRA; CÂNDIDO, 2008).

Entende-se que é fundamental o desenvolvimento da economia e da proteção ambiental, por que um meio ambiente ecologicamente preservado é necessário para sobrevivência das espécies, tanto animal como racional. Novas políticas e medidas devem ser tomadas, no sentido de orientar e desenvolver projetos que venham a proteger nossos recursos naturais que a cada dia ficam mais escassos e degradáveis.

De acordo com Martins (2008), na busca por um novo modelo de desenvolvimento sustentável torna-se necessário o reconhecimento da diversidade dessa estrutura através das múltiplas dimensões da sustentabilidade e os objetivos distintos que orientam os modos de vida da sociedade.

Uma verdadeira sustentabilidade deve criticar a visão economicista que não considera as questões sociais e ambientais e tem foco apenas na produção e nas taxas de crescimento econômico (PIB), refutar o antropocentrismo econômico para o qual a natureza é apenas matéria prima para a produção de bens e defender um novo estilo de vida, um novo projeto civilizatório (MONTIBELLER, 2004).

A sustentabilidade passa a ser o conhecimento que cada pessoa precisa ter sobre os limites e escassez de recursos essenciais para a continuidade humana. Esse termo, associado à educação, visa não só conscientizar as pessoas em relação aos seus deveres, como, também, desenvolver projetos práticos e científicos que venham a descobrir modelos de preservação da nossa riqueza ambiental, que possam beneficiar, em vez de agredir a natureza.

Conforme Loureiro *et al.*, (2009, p.23):

A sustentabilidade ambiental depende do enfrentamento simultâneo dos problemas ambientais derivados da pobreza e da riqueza. Como o planeta é um só e o padrão de produção e consumo mundial já ultrapassou o limite da capacidade de reposição, não é possível imaginar uma solução em que apenas a poluição da pobreza seja enfrentada.

De acordo com Sachs (2012), se quisermos adotar estratégias de longo prazo que levem em conta o bem-estar de todos os nossos atuais e futuros companheiros de viagem humanos (e, esperamos, geonautas) na espaçonave Terra, temos de nos voltar para a Mão visível e seus cinco dedos: um *contrato social* renovado, planejamento democrático de longo prazo, segurança alimentar, segurança energética (os dois pilares do desenvolvimento incluyente e sustentável) e cooperação internacional.

Diante do exposto, percebe-se que a sustentabilidade em síntese, está ligada a questões ambientais e que o consumo mundial de produtos e serviços já ultrapassa o limite de reposição desses recursos utilizados tanto na produção de bens, como de serviços, e cabe a cada um se conscientizar da obrigação de conservar esses recursos, para garantir a sobrevivência e necessidade de futuras gerações.

2.2 Interdisciplinaridade e Consciência Ambiental

Com a evolução crescente da degradação ambiental, faz-se necessário que empresas, instituições, órgãos, e toda a sociedade em geral procurem definir estratégias individuais e coletivas capazes de entender melhor as relações sociedade x natureza. As instituições de ensino superior, por exemplo, podem e devem inserir em suas estruturas curriculares além de componentes curriculares específicos, outros componentes que possam discutir aspectos

relacionados à questão e a conscientização ambiental através de técnicas interdisciplinares, multidisciplinares, deixando de lado um pouco do caráter eminentemente disciplinar.

Nota-se que a questão da preocupação com a educação ambiental deve ser inserida fortemente em todos os níveis de ensino. As informações contidas nos parâmetros curriculares nacionais em 1998 já evidenciavam essa preocupação:

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno – em seu meio, sua comunidade – não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. [...] Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão Educação Ambiental para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamental e não governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1º, VI). (BRASIL, 1998).

Tais anseios remetem em ações individuais e conjuntas capazes de modificar o atual cenário em que se encontra inserido o homem e a natureza, tentando desta forma mitigar as ações antrópicas que são geradas através da satisfação de suas necessidades.

A questão da interdisciplinaridade especificamente na área ambiental é fortemente discutida por estudiosos como é o caso de Leff (2000, 2001, 2009), Jollivet e Pavê (2002), Hogan e Phillipi Jr. (2000), Leis e D'Amato (2003) entre outros.

Jovillet e Pavé (2002), por exemplo, demonstram o mesmo entendimento de Henrique Leff – a questão ambiental é extremamente complexa, por ser complexa a maioria das pesquisas nesta área decorria, e decorrem ainda frequentemente, de uma lista de temas mais ou menos ordenados e não de um conjunto construído e coerente, ou seja, a prática interdisciplinar permanece incipiente. Para os autores os problemas da pesquisa interdisciplinar ambiental ocorrem devido à justaposição de disciplinas diferentes abordando a temática dentro de sua perspectiva. O objeto “meio ambiente” é tratado a partir da ótica de cada disciplina simultaneamente, todavia o diálogo e a integração entre cada uma das disciplinas envolvidas são muito embrionários.

Esses autores elencam alguns questionamentos para adequar as pesquisas relacionadas ao meio ambiente focadas na delimitação de um campo de pesquisa específica, na organização dos domínios mais importantes, nos problemas teóricos e metodológicos, nas implicações junto a outras disciplinas, demarcando áreas de conhecimento em busca de solucionar problemas que porventura possam ser resolvidos, a partir de estratégias e modalidades de atuação.

Jovillet e Pavé (2002) mostram a fase que caracterizou a pesquisa ambiental e que detinha um caráter necessariamente pragmático, principalmente devido ao fato que nas pesquisas não detinham forte relação com o desenvolvimento da sociedade. Igualmente, observa-se que os problemas ambientais estão relacionados a problemas econômicos e sociais. Não obstante o campo de operação das pesquisas sobre meio ambiente resulta de um jogo tríplice de tensões: (1) entre disciplinas e o ponto de vista comum, (2) entre as disciplinas relativamente ao ponto de vista comum, e (3) entre o ponto de vista comum e os processos que conduzem a seu reexame e a sua redefinição (recomposição).

Segundo os estudiosos as pesquisas sobre meio ambiente situam-se no ponto de convergência de várias correntes de preocupações de origens as mais diversas, na busca de um

ponto de vista comum por meio de todo um conjunto de inter-relacionamentos, de cruzamentos e, portanto, de processos de fecundação mútua entre as diferentes questões, no início fortemente, para não dizer totalmente desconectadas umas as outras. Notadamente e dada sua complexidade, somente uma concepção de meio ambiente numa ótica interdisciplinar e multidisciplinar será capaz de diagnosticar com mais eficácia impactos negativos decorrentes da apropriação da natureza pelo homem. Ainda assim, fica evidente que o desenvolvimento da pesquisa ambiental não poderá se efetivar sem a formação de jovens pesquisadores com perfil sintético, a partir da preparação de profissionais das mais variadas áreas para a sensibilização do problema ambiental no sentido da prática interdisciplinar. (JOVILLET e PAVÉ, 2002)

Para Hogan e Phillipi Jr. (2000, p. 257) é preciso dizer, também, que a importância do formato *núcleo* se manifesta não só na *interdisciplinaridade*, mas no seu caráter interunidade. A experiência mostra a dificuldade de estabelecer colaborações que ultrapassam os muros de uma faculdade ou um instituto. É o corporativismo; é a competição por recursos escassos; é a pressão natural de privilegiar o desenvolvimento de cada unidade. São muitos os fatores que militam contra o espírito universitário, induzindo os grupos ao isolamento em seus respectivos cantinhos.

Esses autores asseguram que se perdeu a capacidade de enxergar a realidade de forma integrada. O exemplo mais notório disso é a questão ambiental: quando o mundo se tornou consciente da dimensão dos problemas ambientais e começou a reagir, descobriu-se despreparado. O mundo natural, subdividido mil vezes para melhor descobrir seus segredos, mostra-se resistente a um tratamento setorizado, demandando ser tratado como ele é: uma unidade dinâmica e interrelacionada. Para eles até hoje não foram suficientes os esforços para superar as barreiras de linguagem e de perspectiva das distintas ciências para entender essa dinâmica e redimensionar as atividades. Mas, com toda certeza, são os centros, programas e cursos interdisciplinares no campo dos estudos ambientais o caminho a seguir.

Certamente pode-se perceber que a busca por uma consciência ambiental só será possível se for através da educação e da interligação entre as diversas áreas com seus conhecimentos específicos em busca daquilo que Leff (2000) chama de diálogo dos saberes.

2.3 Estudos sobre a Problemática Ambiental e suas Conexões na Área Contábil

Na literatura relacionada à Contabilidade e a problemática ambiental pode ser encontrada uma séria de estudos. A seguir são apresentados exemplos desses estudos, que tem uma relação (direta ou indireta) dependendo do ponto de vista abordado, destacando o seu objetivo principal e principais resultados.

Silva *et al.*, (2004) demonstraram a compreensão da responsabilidade social da contabilidade através do estudo dos depoimentos de 565 estudantes universitários de diversas regiões do Brasil. Esses autores concluíram, segundo a percepção discente, que naquele contexto não existia preocupação com a responsabilidade social, sinalizando que os alunos estavam sem a formação adequada quanto à essência da contabilidade e sem a apropriação dos conteúdos fundamentais para o exercício de sua profissão.

Calixto (2006) verificou o grau de inserção da disciplina contabilidade ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis oferecidos por universidades brasileiras, a importância desta disciplina na visão dos coordenadores e possíveis dificuldades para a sua inclusão nos respectivos cursos. Os resultados obtidos

indicaram que a disciplina é oferecida por um número reduzido de universidades, porém, para a maioria dos coordenadores, a disciplina é considerada importante na formação dos acadêmicos, sendo que a maior dificuldade para incluir a disciplina nos cursos de ciências contábeis é a adaptação da matriz curricular no sentido de atender a uma série de temas emergentes relevantes para a formação do contador.

Braga *et al.*, (2008) analisaram a percepção dos estudantes do curso de graduação em Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior pública do Estado da Bahia acerca do assunto responsabilidade social corporativa (RSC). Os resultados mostraram que os estudantes de maneira geral tiveram a percepção de que a RSC está relacionada com uma postura por parte das empresas em conciliar metas de crescimento econômico com outras de natureza social e ambiental, apesar de também considerá-la uma estratégia de marketing e de legitimação social. Não houve grandes diferenças na percepção dos respondentes quando segregados por gênero, período do curso, vínculo com alguma forma de trabalho e conhecimento prévio do assunto. A maior parte dos participantes da pesquisa concorda com a ideia de que o profissional de contabilidade pode contribuir com a responsabilidade social das empresas por meio do incentivo às práticas de divulgação de relatórios sociais e de transparência nas demonstrações contábeis.

Maciel *et al.*, (2009) evidenciaram o nível de conhecimento dos profissionais de Contabilidade sobre as peculiaridades da Contabilidade Ambiental junto aos alunos de Pós-Graduação (*lato sensu*) do Departamento de Ciências Contábeis da UFPE, nos campi Recife e Caruaru, com perguntas sobre assuntos referentes à Contabilidade Ambiental. Os autores constaram o baixo grau de conhecimento dos contadores sobre a Contabilidade Ambiental, a ausência de disciplinas ou correlatas e a falta de interesse dos profissionais em ler materiais sobre a disciplina ou participar de eventos relacionados à área.

Gonçalves-Dias *et al.*, (2009) caracterizaram a dimensão ambiental do comportamento de futuros administradores e exploraram condições, desafios e perspectivas para a ampliação da formação socioambiental nos projetos pedagógicos em Administração de uma instituição de ensino superior de São Paulo. Constataram que, para os alunos pesquisados, o acesso à informação e, até mesmo, à formação ambiental prévia à universidade não implica avanço da consciência ambiental. Esses resultados denotaram a urgência de se discutir o tema da consciência ambiental de forma sistemática e ampla nas diferentes instituições de ensino do país. Para esses autores essa realidade exige dos interessados e daqueles que se voltam ao ensino de Administração e por que não dizer da Contabilidade (*grifo nosso*) um repensar de práticas, posturas e políticas didático-pedagógicas, já que a formação e o avanço da consciência ambiental caminham por trilhas áridas, o que exige do campo da Administração novos esforços no sentido de compreender a construção da consciência ambiental na formação de futuros administradores. Afinal, a consciência ambiental é um construto multidimensional e complexo, mas, acima de tudo, essencial para a sustentabilidade da vida em sociedade na contemporaneidade.

Medeiros e Borges (2010) realizaram um estudo que objetivou mensurar a importância da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para os estudantes do curso de graduação em Administração da cidade de Uberlândia, em face de dois pressupostos básicos: primeiro, que os estudantes do curso de Administração estão ou estarão à frente de negócios de hoje ou do futuro; e, segundo, que as transformações no mundo das organizações e dos negócios exigem novas posturas e práticas dos gestores em relação à sociedade e ao meio ambiente. Os resultados da pesquisa mostram que os estudantes reconhecem a importância de ações de RSC

e as diferentes dimensões desta: social, ambiental e econômica. Todavia, eles atribuem ao governo a responsabilidade pela busca pelo bem-estar social, relegando o papel das organizações e da sociedade civil nesse processo.

Os estudos expostos acima demonstram uma tendência em relação ao fato de investigar a problemática ambiental dentro das mais variadas áreas e em especial ao contexto da Ciência Contábil.

3 Procedimento Metodológico

No intuito de responder ao problema que motivou a consecução desse estudo foi realizado um levantamento do tipo *survey* com característica descritiva e natureza qualitativa e quantitativa.

Procurou-se identificar os critérios e as melhores alternativas (variáveis representativas dos fatores), quantitativa ou qualitativamente, com sua apropriada definição de escala. O instrumento de pesquisa foi elaborado a partir do estudo de Gonçalves-Dias *et al.*, (2009) no qual foram feitas algumas adaptações a partir de leituras em livros e artigos que envolvesse a temática em estudo.

Na etapa seguinte o mesmo foi elaborado e em seguida aplicado na fase de pré-teste, junto a vinte estudantes a fim de viabilizar o ajuste do questionário. Após a fase de ajustes do instrumento de pesquisa, encaminhou-se o questionário pelo endereço eletrônico dos discentes do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Todavia, e devido a baixo índice de respostas, a estratégia da pesquisa foi modificada, ou seja, foi aplicada da pessoalmente pelos autores em cada uma das salas de aula.

As perguntas do questionário foram de múltipla escolha e elaboradas a partir de uma escala de *Likert* com opções que variavam de 1 a 5, cuja primeira opção correspondia: a nunca; a segunda: quase nunca; a terceira: às vezes; a quarta: quase sempre e; a quinta: sempre. As assertivas foram direcionadas para tentar identificar prováveis dimensões que levassem a suposta interpretação da consciência ambiental dos discentes em estudo regularmente matriculados no curso no período letivo 2010.1

Foram obtidas 178 opiniões de um total de 339 alunos matriculados, correspondendo a 52,51% da população, visto que foi utilizada a amostragem estratificada e por acessibilidade (nº de alunos que se encontravam na sala nos dias de aplicação do questionário).

Os procedimentos estatísticos foram compostos pelas técnicas da Análise Fatorial (AF) que se configura como uma técnica multivariada usada para identificar fatores que podem ser usados para explicar o relacionamento entre um conjunto de variáveis observáveis e passíveis de medição (BEZERRA, 2007).

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Caracterização dos Entrevistados e Rotação Fatorial

Na seção a seguir estão evidenciados os resultados da pesquisa relacionados à caracterização dos entrevistados e posteriormente as assertivas investigadas.

A Tabela 1 evidencia a quantidade e o gênero dos discentes, dos 178 alunos que responderam ao questionário, 50,56% é do sexo masculino e 49,44% do sexo feminino.

Tabela 1 – Gênero do Entrevistado

	<i>f</i>	%	% Acumulado
Masculino	90	50,56	50,56
Feminino	88	49,44	100
Total	178	100	

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Com relação ao período em que está cursando, 26,97% está no 2º período, 21,91% no 8º e 51,12% está entre o 4º, 6º e 9º período. Os resultados se configuram desta maneira devido ao fato de que os períodos letivos na IES estudada são intercalados.

Tabela 2 – Período em que está cursando

Período	<i>f</i>	%	% Acumulado
2º	48	26,97	26,97
4º	34	19,10	46,07
6º	31	17,42	63,48
8º	39	21,91	85,39
9º	26	14,61	100
Total	178	100	

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Na tentativa de encontrar quais as variáveis mais significantes conforme a opinião discente procedeu-se a aplicação da AF. Seguindo os critérios, conforme Hair *et al.*, (2005):

- ✓ Os fatores encontrados devem responder, no mínimo, por 60% da variância.
- ✓ O teste *Kaisen-Meyer-Olkin* (KMO) - valores entre 0,5 e 1,0 denotam que a AF é adequada;
- ✓ Sugere-se que o teste de esfericidade (Sig.) não ultrapasse de 0,05. Se o valor de Sig. atingir 0,10 a AF é desaconselhável.

Ao analisar a aplicação fatorial, com 26 assertivas, verificou-se que o coeficiente MSA – *Measure of Sampling Adequacy* (Medida de Adequação da Amostra) foi bastante satisfatório (0,78), indicando um bom poder de explicação dos dados a partir dos fatores/constructos encontrados. De acordo com Bezerra (2007) o MAS deve ser superior a 0,50 de modo que a AF possa descrever satisfatoriamente as variações dos dados originais.

O teste de esfericidade (Sig) que indica se existe relação suficiente entre os fatores ou dimensões para a aplicação da AF apresentou-se satisfatoriamente a técnica (AF) com um valor de 0,00. (observe a Tabela 3)

Tabela 3 – KMO and Bartlett's Test – 26 assertivas

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	0,78
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square 1437,59

DF	325
Sig.	0,00

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

As comunalidades encontradas demonstram que 13 assertivas apresentaram um coeficiente abaixo de 0,50. Essas assertivas apresentaram as seguintes cargas fatoriais: Ass01 (0,3), Ass02 (0,2), Ass04 (0,3), Ass05 (0,4), Ass08 (0,3), Ass09 (0,2), Ass13 (0,3), Ass14 (0,2), Ass17 (0,4), Ass18 (0,2), Ass19 (0,4), Ass20 (0,4) e Ass23 (0,2), denotando baixa significância estatística. Destaque-se aquelas que apresentaram maior coeficiente – acima de 0,50, quer sejam: assertivas 03, 06, 07, 10, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24, 25 e 26. Isso denota variáveis importantes na análise segundo a percepção dos discentes.

Hair *et. al.*, (2005) dizem que o pesquisador deve identificar todas as variáveis com comunalidades menores que 0,50, como não tendo explicação suficiente. Como a média geral das comunalidades deu abaixo de 0,50 ($M=0,44$) optou-se por realizar uma nova tentativa no intuito de obter uma explicação melhor das assertivas em relação aos constructos/fatores encontrados.

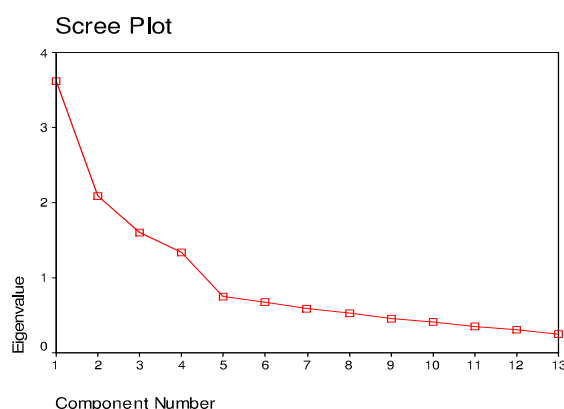
Dessa forma, resolveu-se proceder a uma nova rotação eliminando as seguintes assertivas: 01, 02, 04, 05, 08, 09, 13, 14, 17, 18, 19, 20 e 23. Após a nova rotação com as variáveis significantes, o KMO apresentou valor igual a 0,74 e o Sig (*Bartlett's Teste*) 0,00 denotando adequação razoável.

Tabela 4 – Comunalidades (13 assertivas)

	Initial	Extraction
Ass03	1	0,7
Ass06	1	0,6
Ass07	1	0,6
Ass10	1	0,6
Ass11	1	0,8
Ass12	1	0,8
Ass15	1	0,5
Ass16	1	0,5
Ass21	1	0,7
Ass22	1	0,7
Ass24	1	0,7
Ass25	1	0,8
Ass26	1	0,7
Σ		8,7
Média		0,67

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

A escolha do número de fatores seguiu o critério do gráfico de *Scree Plot* (Gráfico 1). Como é possível verificar no gráfico abaixo, os primeiros quatro fatores se qualificam.

Gráfico 1 - Scree Plot (definição dos fatores escolhidos)

Fonte: Dados da Pesquisa (2010).

Os quatro fatores adotados no modelo, calculados pela AF, conseguem explicar 66,60%, da variância total, mostrando um razoável poder de explicação em relação aos fatores. Dancey e Reidy (2006, p. 437), afirmam que é importante observar quanto da variância os fatores conseguem extrair. O fator 1 explicou 21,39%, o fator 2 16,70%, o fator 3 16,67% e o fator 4 11,83%. Verifica-se que o fator 1 é o mais importante seguido dos fatores 2, 3 e 4.

4.2 Mapeamento da Consciência Ambiental Discente

Observou-se após a rotação da matriz pelo método *varimax* que a concentração de opiniões ficou direcionada conforme a descrição a seguir:

Assertivas 03, 06, 07, 15 e 16 – Fator 1.

Assertivas 10, 11 e 12 – Fator 2

Assertivas 24, 25 e 26 – Fator 3

Assertivas 21 e 22 – Fator 4

Tabela 5 – Solução das Matrizes (não rotacionada e rotacionada)

	Solução não rotacionada				Solução após rotação varimax			
	Fatores				Fatores			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Ass03	0,64	-0,09	-0,38	0,34	0,81	0,09	-0,03	0,10
Ass06	0,67	0,01	-0,33	0,17	0,75	0,10	0,13	-0,01
Ass07	0,67	-0,14	-0,36	0,11	0,76	0,11	0,01	-0,13
Ass10	0,55	-0,34	0,43	0,11	0,24	0,74	-0,09	-0,09
Ass11	0,58	-0,25	0,65	0,10	0,13	0,90	0,03	-0,04
Ass12	0,56	-0,11	0,65	0,04	0,08	0,85	0,17	-0,04
Ass15	0,62	0,00	-0,34	-0,03	0,67	0,04	0,16	-0,19
Ass16	0,66	-0,06	-0,17	0,08	0,63	0,23	0,11	-0,10
Ass21	-0,20	0,43	0,10	0,71	-0,05	-0,05	0,11	0,85
Ass22	-0,33	0,32	0,10	0,71	-0,14	-0,09	-0,03	0,84
Ass24	0,33	0,73	0,13	-0,13	0,07	0,05	0,81	0,10
Ass25	0,40	0,76	0,08	-0,13	0,16	0,04	0,85	0,10
Ass26	0,34	0,68	0,09	-0,34	0,05	0,02	0,82	-0,11

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Tabela 6 – Agrupamento das variáveis em dimensões segundo a concentração das cargas fatoriais

DIMENSÃO / FATOR ENCONTRADO	Carga Fatorial
Dimensão/fator 1 – Consumo Engajado e Mobilização sobre as Questões Ambientais	Média Geral 0,72
Eu procuro comprar produtos feitos de material reciclado.	0,81
Têm prática de comprar produtos e embalagens fabricados com material reciclado ou que podem ser recicláveis.	0,75
As preocupações com o meio ambiente interferem na minha decisão de compra.	0,76
Evito usar produto fabricado por empresa que polui o meio ambiente.	0,67
Falo sobre a importância do meio ambiente com outras pessoas.	0,63
Dimensão/fator 2 – Preocupação com a Geração de Resíduos (Lixo)	Média Geral 0,83
Evito jogar papel no chão.	0,90
Ajudo a manter as ruas limpas.	0,85
Quando não tem lixeira por perto, guardo o papel que não quero mais no bolso.	0,74
Dimensão/fator 3 – Estratégia Pedagógica Diferenciada	Média Geral 0,83
Existe preocupação com relação à sistematização do ensino da temática ambiental no curso de Ciências Contábeis.	0,85
O Curso de Ciências Contábeis da UFCG tenta sensibilizar nos alunos as questões socioambientais.	0,82
Em sua opinião o curso de Ciências Contábeis da UFCG mantém uma relação interdisciplinar (relação entre as diferentes disciplinas das mais variadas áreas) tentando contribuir para uma melhor conscientização ambiental?	0,81
Dimensão/fator 4 – Ambiente Doméstico	Média Geral 0,84
Fico com a geladeira aberta muito tempo, olhando o que tem dentro.	0,85
Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados.	0,84

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Os resultados encontrados após a solução final da análise fatorial apontaram os constructos/fatores relevantes em relação a consciência ambiental dos discentes estudados. Do exposto obteve-se o primeiro fator como mais relevante nomeado como Consumo Engajado e Mobilização sobre as Questões Ambientais – maior variância total explicada pelo fator – 21,39% e média geral das cargas fatoriais 0,72; o segundo Preocupação com a Geração de Resíduos Sólidos – 16,70% da variância total e média geral das cargas de 0,83; o terceiro relacionado à Estratégia Diferenciada do Curso – 16,67% da variância e média geral das cargas igual a 0,83; e por fim o quarto Ambiente Doméstico – variância total 11,83% e média geral das cargas 0,84 conforme evidencia a Tabela 6.

5 Considerações Finais

Esse estudo objetivou analisar o nível de consciência ambiental, a partir das ações cotidianas, dos atuais discentes e futuros contadores do Curso de Ciências Contábeis da UFCG apontando condições, desafios e perspectivas para a ampliação da formação socioambiental.

O valor da variância encontrado neste estudo é suficiente e parcimonioso (66,60% dos dados), especialmente se comparado a resultados obtidos em trabalhos similares como é o caso de Gonçalves-Dias *et al.*, (2009) ao mensurar a consciência ambiental dos alunos do curso de Administração que obteve 61,83% da variância, bem como Pato (2004) que analisou o comportamento ecológico fazendo relações entre valores pessoais e crenças ambientais, Lages e Vargas Neto (2002) que estudou a consciência ecológica do consumidor na cidade de Porto Alegre.

Percebeu-se que a dimensão de Consumo Engajado, expressa um caráter mais ativo na procura de opções de “produtos ecologicamente corretos”, e que se alinha com a dimensão do estudo de estudo de Gonçalves-Dias *et al.*, (2009) e também de Lages e Vargas Neto (2002). Todavia, obteve-se um incremento nesse estudo que foi a junção de Consumo Engajado e Mobilização, que está relacionada a uma postura pró-ativa na busca da sensibilização de outros indivíduos no que se refere às questões ambientais, alinhando-se com o comportamento verificado pelos autores Gonçalves-Dias *et al.*, (2009) quando citam Schlegelmilch *et al.*, (1996, p. 50) como “[...] atitude proativa frente aos problemas sociais [...]”, ou seja, a atitude em relação às questões ambientais é considerada o mais consistente preditor do comportamento ecologicamente responsável, essas análises são reforçadas também na dimensão 2 relacionada a Preocupação com a Geração de Resíduos Sólidos e a dimensão 3 Ambiente Doméstico.

Uma contribuição deste trabalho consiste em fornecer informações adicionais em relação a estratégias pedagógicas diferenciadas que porventura possam ser adotadas no curso de Ciências Contábeis da IES estudada. Entende-se que, se adotadas, supostamente poderão agregar valor na busca da mudança dessa consciência e desse perfil discente, vez que se procurou investigar segundo a percepção dos alunos se no curso existe preocupação com relação à sistematização do ensino da temática ambiental, ou se o curso tenta sensibilizar nos alunos aspectos relacionados às questões socioambientais, e ainda se no curso existe uma relação interdisciplinar entre as diferentes disciplinas das mais variadas áreas tentando contribuir para uma melhor conscientização ambiental, ou seja, uma política pedagógica voltada para a questão da interdisciplinaridade capaz de envolver discussões transversais.

Uma análise no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, CCJS, Campus Sousa, PB, verificou-se que o curso atualmente oferece apenas dois componentes curriculares obrigatórios (que são obrigatoriamente oferecidas nos períodos letivos) na área ambiental, que sejam contabilidade e educação ambiental com carga horária de trinta horas e direitos humanos e educação especial também de trinta horas.

Do exposto, pode-se inferir que, como no curso não existe uma projeto com um foco mais direcionado para a interdisciplinaridade (análise *in loco* verificou isso). Acredita-se que, ainda não existem práticas pedagógicas diferenciadas que possam tentar relacionar mais fortemente essas áreas e outras áreas do curso que têm em seu bojo um forte caráter disciplinar até por que há um fator bastante relevante na proposta atual do curso, a existência de outros componentes que envolvem assuntos na área ambiental (componentes flexíveis – não obrigatórios): contabilidade agrária, contratos agrários, desenvolvimento sustentável e direito ambiental.

Finalmente percebeu-se que o Projeto do Curso está sendo discutido pelo colegiado do curso de Ciências Contábeis e que supostamente espera-se que possa está discutindo aspectos que possam minimizar as argumentações expostas, visando efetivamente ter uma proposta

com maior robustez, tentando eliminar um pouco dos vieses existentes e obter uma visão mais holística da realidade contábil e das demais áreas relacionadas tentando atender a propósitos estipulados pelo Ministério da Educação e Cultura e que a sociedade almeja. Resultados bem parecidos foram encontrados por Silva *et al.*, (2004) e Calixto (2006).

Conclui-se que os resultados encontrados a partir das análises realizadas apontam quatro dimensões distintas que explicam 66,60% da variância dos dados coletados, o que nos leva a inferir e reconhecer que existem fatores ou dimensões não cobertos por este estudo e que também podem explicar a variabilidade das respostas dadas pelos alunos podendo supostamente fundamentar novos estudos sobre a temática estudada.

Sugere-se que a amostra do estudo seja ampliada a outras IES de modo a buscar evidências mais consistentes e que possam ser confrontados com os resultados encontrados nesse estudo, bem como buscar mapear o a consciência ambiental de docentes desta e de outras IES.

Referências

BARBIERI, J. C.; *et al.* Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. Revista RAE, São Paulo, v. 50, n. 2, abr./jun., 2010, pp. 146-154.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRAGA, J. P.; *et al.* **Responsabilidade Social Corporativa: A Percepção dos Estudantes do Curso de Graduação em Ciências Contábeis de uma IES Pública do Estado da Bahia**. In: **Anais...** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2008. São Paulo: USP, 2008.

BRÜSEKE, Franz Josef. **Pressão Modernizante, Estado Territorial e Sustentabilidade**. In.: *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Clóvis Cavalcanti (Org) – 4ª edição. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

BECK, C. G; *et al.* **Problemática dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de João Pessoa: Aplicação do Modelo P-E-R**. Qualit@s Revista Eletrônica, vol.8. nº 3, Campina Grande, PB, 2009.

BEZERRA, F. A. **Análise Fatorial**. In: CORRAR; L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs.). *Análise Multivariada para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e Gestão Ambiental em Busca do Desenvolvimento Sustentável**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALIXTO, Laura. O Ensino da Contabilidade Ambiental nas Universidades Brasileiras: Um Estudo Exploratório. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 2, n. 3, set./dez. 2006, pp. 65-78,

CASTELLS, M. **O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista**. In: *O poder da Identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem Matemática para Psicologia usando o SPSS**

para **Windows**. 3. ed. Tradução Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável – Inclui Certificados de Carbono**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FLORIANI, D. **Marcos Conceituais para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI JR. A.; *et al.* Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; *et al.* **Consciência Ambiental: Um estudo Exploratório sobre suas Implicações para o Ensino de Administração**. Revista RAE-eletrônica, v. 8, n. 1, Art. 3, jan./jun. 2009.

HAIR, J. F. Jr.; *et. al.* **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed., São Paulo: Bookman, 2005.

HOGAN, D. J.; PHILIPPI JR. A. **A Importância de Núcleos Interdisciplinares em Ensino, Pesquisa e Extensão**. In: Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais / A. Philippi Jr., C. E. M. Tucci, D. J. Hogan, R. Navegantes. - São Paulo: Editora Signus, 2000.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003.

_____. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão**. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

JOLLIVET, M.; PAVÉ, A. **Meio Ambiente: Questões e perspectivas para a pesquisa**. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.

LAGES, N. S; VARGAS NETO, A. **Mensurando a consciência ecológica do consumidor: um estudo realizado na cidade de Porto Alegre**. In: **Anais... XXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração**. Salvador/ BA, 2002.

LEFF, H. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. In: PHILIPPI JR. A.; *et al.* Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. Ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

LEIS, H. R.; D' AMATO, J. L. **O Ambientalismo como Instrumento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial**. In: CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. **Análise dos Modelos de Indicadores no Contexto do Desenvolvimento Sustentável**. Revista Perspectivas Contemporâneas. Campo Mourão, v. 3, n. 1, p. 31-45, jan./jul. 2008.

LOUREIRO, B. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico** / Carlos Frederico, Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). São Paulo: Cortez, 2009.

MACIEL, C. V.; *et al.* **Contabilidade Ambiental: Um Estudo Exploratório sobre o Conhecimento dos Profissionais de Contabilidade.** Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 06, v.1, nº11, jan./jun., 2009, pp. 137-158.

MARTINS, M. de F. **A influencia dos índices de desenvolvimento sustentável na competitividade sistêmica: Um estudo exploratório no arranjo produtivo local de confecções em Campina Grande.** Dissertação. Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2008.

MEDEIROS, C. R. O.; BORGES, J. F. **Ceticismo e Pragmatismo, Ambiguidades e Contradições: O Olhar do Estudante de Administração para a Responsabilidade Social Corporativa.** RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental, set./dez. 2010, v.4, n.3, pp. 32-52.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. *Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas: Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável.* Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, nº 1, jan./abr. 2000, pp.41-59.

MONTIBELLER, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PATO, C. **Comportamento Ecológico: Relação com Valores Pessoais e Crenças Ambientais.** Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Desenvolvimento, Tecnocência e Poder.** In: A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UFCG. Sousa, PB, 2004. Disponível em: www.ccjs.ufcg.edu.br. Acesso em: 10 jun. 2010.

SACHS, Ignacy. **De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro.** Revista Estudos Avançados (online). USP. 2012, vol.26, n.74, pp. 5-20.

SILVA, O. P.; *et al.* **A Responsabilidade Social da Contabilidade para os Estudantes Universitários.** In: *Anais...* 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: USP, 2004.

SORRENTINO, M. **De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil.** In: JACOBI, P. *et al.* (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.1998. p.27-32